

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 10: Informação e Memória

Comunicação Oral

**GÊNESE E SINGULARIDADES NOS PROCESSOS CURATORIAIS NOS ESPAÇOS
DE HISTÓRIA NATURAL: DOS GABINETES AOS MUSEUS COMO ESPAÇOS
DISCURSIVOS DA CIÊNCIA E DA “IDÉIA DE NAÇÃO”**

Sabrina Damasceno Silva – IBICT/UFRJ/MUSEU NACIONAL
José Mauro Matheus Loureiro - UNIRIO

Resumo

Os Museus de História Natural são espaços de construção e divulgação de narrativas estruturantes da memória, do patrimônio cultural e da “ideia de nação”. Conjugam em um mesmo espaço pesquisa e geração do conhecimento científico, levados a cabo por cientistas, e concomitantemente a preservação de acervos e construção de exposições, desenvolvidas por profissionais de museus. As práticas de divulgação da ciência relacionam-se com a apropriação social da informação, do conhecimento e da “cultura” concorrendo, nesses espaços museológicos, para a análise de questões referentes à disponibilização da informação e sua interrelação com relações de poder no que tange aos conteúdos constituídos pelo fenômeno informação sob uma visão científicizante do social e dos elementos “naturais”. Assim considerando, este texto utiliza conceituações presentes na obra de Michel Foucault para analisar os processos curatoriais em sua interrelação com os quadros informacionais no interior dos museus de história natural.

Palavras-chave: Informação. Memória. Museus de História Natural. Curadoria. Michel Foucault.

**GENESIS AND SINGULARITIES IN THE CURATORIAL PROCESS ON THE
NATURAL HISTORY SPACES: FROM CABINETS TO MUSEUM AS
DISCURSIVES SPACES OF SCIENCE AND THE “IDEA OF A NATION”**

Abstract

The Natural History Museums are spaces of construction and divulgation of structural narratives about memory, cultural heritage and “idea of a nation”. This museums, concentrate in a same research and scientific knowledge generation space, controlled by scientists, and at the same time, museums professionals have the responsible of preserving the collections and to build exhibitions. Practices of scientific dissemination are related with the social appropriation of information, knowledge and “culture” thereby, in these museological spaces, to analyses the relations of power in the contents created by the information phenomenon under a scientificized of the social and “natural” elements. Consider as that, this text uses concepts just as developed in the Michel Foucault’s theoretical thought to analyses the curatorial processes in its interrelationships with the informational framework inside the natural history museums.

Keywords: Information. Memory. Natural History Museum. Curatorial. Michel Foucault.

1 INTRODUÇÃO

Os museus de história natural constituem-se em espaços de construção, exposição e divulgação de narrativas estruturantes da memória, do patrimônio cultural e da “ideia de nação”. Possuem ainda, múltiplas significações e sentidos construídos a partir de diferentes campos disciplinares e perspectivas político-ideológicas.

As coleções e exposições ali presentes configuram-se elementos axiais para a representação acerca dos diferentes contextos socioculturais e aspectos daquilo que denominamos natureza¹. Tais instituições consistindo na preservação, divulgação e pesquisa do patrimônio e da memória social traduzem interpretações heterogêneas sobre diferentes fenômenos permitindo refletir acerca do papel da curadoria nesses empreendimentos.

Coube, ao longo de toda a sua existência, à pesquisa científica e à preservação e exposição dos objetos oriundos da vida (*Bio*) e da cultura humana sob diferentes prismas da ciência moderna. Essas instituições, desse modo, são pontos de interseção entre as ciências ditas ‘naturais’ e as ciências ‘antropológicas’, o que as diferencia no universo dos museus científicos.

Os espaços museológicos, não importando as suas tipologias, encontram-se associados à Ciência da Informação em virtude de sua característica essencial de preservação, gestão e divulgação da informação, embora essa assertiva conte com a relutância de alguns estudos e profissionais². As abordagens à instituição museológica, contudo, não podem prescindir das reflexões acerca do conjunto de práticas e teorias que embasam o tratamento e transferência da informação presente em todas as suas instâncias.

“O museu como uma das instâncias de representação da memória social é espaço para o desenvolvimento de estudos e ações relacionadas à informação. A informação gerada no interior desses espaços e divulgada em suas exposições pode ser relacionada a questões de processamento e documentação. (...) É importante ressaltar o caráter institucional no qual se encontram inseridos a maioria dos

¹ O deslocamento do compromisso cartesiano foi estruturante para o aparecimento da ideia de natureza (GUSDORF, 1974). A ciência possui como sua característica a tentativa do homem de entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância permitam a atuação humana. (ANDERY, Maria Amália et al. 2012).

² Algumas linhas teóricas entendem que os museus são espaços de Preservação, Investigação e Comunicação, no sentido de pesquisa histórica e comunicação desse resultado focado nos objetos das coleções ao público, sendo a informação referenciada relacionada com a CI. (CADERNOS DE DIRETRIZES, V parte – Pesquisa Histórica no Museu http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/cadernodiretrizes_quintaparte.pdf). Acrescenta-se ainda a visão dessas instituições como locais sem fins lucrativos com propósito de pesquisa, educação e lazer – comprometido com o processo educacional, formal, não-formal e informal, apresentando ao indivíduo o patrimônio de que é herdeiro e da sua capacidade de utilizá-lo e criá-lo. Sendo espaço social além da escola. (Horta, 1991, P.12).

museus, sobretudo aqueles classificados como “tradicionalistas”, como os de história natural. (LOUREIRO, 1996, p. 102)”.

As instituições dedicadas à história natural, objeto específico desse estudo, conjugam em um mesmo espaço pesquisa e geração do conhecimento científico, levados a cabo por cientistas, e concomitantemente a preservação de acervos e construção de exposições, desenvolvidas por profissionais de museus. As práticas de divulgação da ciência relacionam-se com a apropriação social da informação, do conhecimento e da “cultura” concorrendo para a análise de questões referentes à disponibilização da informação e sua interrelação com o poder e a política.

As exposições e demais ações que integram processos de divulgação da ciência constituem-se em narrativas que integram discursos institucionais que legitimam as elaborações da ciência como interpretação “verdadeira” acerca do mundo e não como uma das possibilidades de leitura dos fenômenos a partir de diferentes conhecimentos. Para tanto, contribuem os processos curatoriais na elaboração de narrativas expositivas que obedecem à ordenações científicas do mundo.

Tais tipos de instituições museológicas estiveram associados às iniciativas europeias de constituição da história natural e, por conseguinte, de consolidação da ciência moderna (LOPES, 1993). Os objetos, ao serem inseridos nesses espaços, passaram a ser ordenados como partes de uma sequência evolutiva que constituiria a totalidade das coisas e dos povos (BENNET, 1995, p. 96). Construídos nos quadros da modernidade ocidental, essas instituições estruturaram-se a partir da dicotomia “natureza”/“cultura”, pois conhecer correspondia a uma nova forma de classificar, organizar e entender o “mundo envolvente” (INGOLD, 2000) por meio de seus objetos e locais de institucionalização dos “discursos” da ciência.

Esse quadro dicotômico, característico da modernidade ocidental, influenciou profundamente os enfoques dados a esses museus, uma vez que se encontra presente nos arranjos institucionais que espelham as especificidades das áreas científicas, sendo o pesquisador ou especialista científico, o curador de sua respectiva temática.

A formação dos acervos de museus de história natural é marcado pelo universalismo³, bem como, pela crença da possibilidade da constituição de uma totalidade do “real”. A

³ Aqui relacionado a um desenvolvimento ao longo do século XIX de um conjunto relativo a toda uma tradição de diálogos com pesquisadores, as técnicas e problemáticas por entre as especialidades, universidades, laboratórios e ênfases doutrinárias englobadas no Romantismo alemão (DUARTE, 2004). A ciência alemã *Naturphilosophie* influenciou por sua vez, as orientações universalistas de tal sorte que a evolução de todas as

ordenação e classificação de fragmentos buscaram representar uma realidade necessariamente maior e mais complexa, a partir do século XIX, voltadas para a consolidação da ideia de nação, partindo do pressuposto de que a posse de determinados objetos, a realização de pesquisas científicas e a obtenção de conhecimentos conformaram, por meio da cientificidade, elementos identitários nacionais.

Os museus de história natural brasileiros, além de possuírem a missão de auxiliar no conhecimento e estudo das ciências naturais, ajudaram a suprir a primeira condição institucional para a emergência de novos saberes como a biologia, dentre outros. Nesse sentido, tais instituições integraram os esforços de institucionalização das ciências naturais no Brasil, posto que, voltados para a produção, preservação e disseminação de conhecimentos científicos gerados localmente a partir de pressupostos universais, contribuíram para uma ordenação do mundo natural, característica estruturante dessa história.

No do século XIX essas instituições subsidiaram a elaboração de “ideia de nação” no cenário brasileiro. Sua concepção como um todo e, particularmente, sua vinculação ao papel desempenhado no que tange à construção da “imaginação da nação brasileira” funda-se na observância ao projeto “iluminista” de esclarecimento racional universal - o qual se baseia na redução e controle das circunstâncias empíricas dos fenômenos naturais que começaram a se institucionalizar a partir do século XVII. (DUARTE, 2003). E há que se ressaltar também a expressiva presença dos ideais positivistas nos processos de coleta, guarda, classificação, nomeação e prática científica a partir da resignificação dos objetos como representativos do “real”.

No decorrer do século XX a figura do curador consolida-se no espaço central das instituições museológicas de caráter científico, e passam a serem vistos como os únicos profissionais aptos a responder pelas coleções e acervos de sua especialidade, em todos os níveis da ação museológica. As ações curatoriais no âmbito dos museus desenvolvem-se pautadas por perspectivas institucionais que exigiriam, idealmente, dinâmicas internas inerentes ao processo de preservação do acervo e sua divulgação junto à sociedade por intermédio de exposições.

“o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de tratá-las no que corresponde à manutenção de sua materialidade, à sua potencialidade

ciências – e não apenas das humanas – ao longo do século XIX foi um resultado complexo dessa interação (GUSDORF, 1974).

enquanto suportes de informação e à exigência de estabelecer critérios de organização e salvaguarda.” (BRUNO, 2008).

Os domínios curatoriais são responsáveis pela seleção de temas, conceitos e objetos - encontrados dispostos em uma organização classificatória científica dentro das reservas técnicas - que serão posteriormente reordenados para serem incluídos na narrativa expositiva disponibilizada ao público, atividade esta que compreende, portanto, relações de poder no que tange aos conteúdos e processos relacionados à memória, ao patrimônio e à “idéia de nação”. Esses conteúdos e processos são constituídos pelo fenômeno informação sob uma visão cientificizante do social e dos elementos “naturais”.

O conceito de informação é aqui assumido como constituído e constituinte de formas culturais de semantização da experiência no mundo e de seus desdobramentos em atos de enunciação, interpretação, transmissão e inscrição. Os processos de transmissão da informação ocorridos nos museus, particularmente, se processariam de forma diferenciada dos demais meios eletrônicos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

Assim considerando, este estudo utiliza conceituações presentes na obra de Michel Foucault para analisar os processos curatoriais em sua interrelação com os quadros informacionais no interior dos museus de história natural.

A opção pela perspectiva foucaultiana permite assinalar a informação no interior dessas intuições como “enunciados” que estruturam “formações discursivas” constituintes de “discursos” institucionais acerca da ciência e simultaneamente acerca da construção da “idéia de nação”.

2. HISTÓRIA NATURAL: ORDENAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE UMA “TOTALIDADE DO MUNDO”.

O surgimento da história natural em meio à Modernidade ocidental possui intrínseca relação com o ritmo de mudanças nos modos interpretativos e de instrumentalização da natureza. Os fatos naturais naquele contexto são ordenados e interpretados a partir de uma classificação, codificação e sistematização oriunda da criação de uma nova hierarquia entre o homem e a natureza (LOUREIRO, 2007, p. 161).

Novas formas de relação com o mundo natural até então inexistentes são estabelecidas tornando possível um novo estilo de pensar baseado na possibilidade de uma sistematização da “totalidade da realidade” (GUSDORF, 1974). Trata-se, de uma narrativa humana de transcendência da natureza, onde a domesticação de plantas e animais figurou como uma

contrapartida da própria domesticação da humanidade no processo civilizatório (INGOLD, 2000, p. 77).

A história natural compreende a nomeação do visível organizada em relação ao próprio ser humano com base na “comparação de quatro diferentes variáveis: forma, quantidade, distribuição no espaço de uns em relação aos outros e a grandeza de cada um (...)” (FOUCAULT, 1999).

Entretanto a história natural é feita de fragmentações, especializações, e classificações, é isso que a caracteriza e ao seu discurso: a nomeação do visível por meio da representação, a classificação dentro de uma ordenação das coisas em busca de uma totalidade do mundo.

“(...) herbários, coleções, jardins, o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns do lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns e, com isso, já virtualmente analisados e portadores apenas de nomes. Diz-se frequentemente que a constituição de jardins botânicos e coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos. (...) o gabinete de história natural e o jardim, tal como organizados na idade clássica, substituem o desfile circular do 'mostruário' pela exposição das coisas em 'quadro'. (...) um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer história”(FOUCAULT, 2007, p. 179-180)

Esta citação espelha a visão do nascimento da própria história natural, mas também dos espaços que decorrem dessa nova demanda representacional do mundo natural, embrionários dos museus de história natural, os “gabinetes de curiosidades”.

Surgidos durante os séculos XVI e XVII, na Europa Ocidental e pertencentes a diversas cortes (dessa parte do mundo), abrigavam inúmeras coleções de História Natural compostas por minerais, fósseis, conchas, espécimes anatômicos e botânicos, animais taxidermizados, dentre outros. Possuíam forte feição enciclopedista reunindo objetos heterogêneos em sua busca por uma representação de uma totalidade por meio da materialidade: singularidade que se encontrará presente nos espaços museológicos voltados à história natural até os dias de hoje.

O que ali se pretendia, segundo Delicado (2009), era apresentar um painel do mundo por meio de um microcosmo do estranho, do peculiar e do raro representado pelos exemplares oriundos das artes mecânicas, químicas, dos diversos espécimes botânicos, armas, monumentos e antiguidades. Destaca-se a possibilidade de apontar, por meio dessas coleções, para um mundo maior do que o até então conhecido.

2.1 MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL: GÊNESE E SINGULARIDADES

O surgimento dos museus de história natural foi elaborado a partir dos “gabinetes” nos primórdios do desenvolvimento da ciência moderna e do humanismo renascentista integrando os quadros das instituições de memória inventadas no interior da cultura ocidental moderna.

Esse modelo de museu possuirá desde seus primórdios a difícil tarefa de combinar dimensões oriundas de um projeto de memória da universalidade do saber científico com a promoção particular de identidades nacionais modernas (DUARTE, 2003, p. 28). As formas de agenciamento dessas duas dimensões variaram localmente desde o século XVIII em virtude tanto da história da razão científica quanto do ideal nacional.

Há que se observar, entretanto, que a diferença entre os “gabinetes de curiosidades” e os museus de história natural se encontra na:

“(...) natureza das suas coleções e o acesso público a elas. Enquanto os gabinetes de curiosidades continham uma miríade de objectos, naturais e artificiais, escolhidos por serem únicos, excepcionais ou exóticos, reunidos e dispostos com o objectivo de representar uma imagem enciclopédica, total ou parcial, os museus modernos caracterizam-se geralmente pela especialização (diferenciação segundo o tipo de coleções que albergam) e pela classificação (apresentação ordenada e racional dos objectos). Por outro lado, os gabinetes de curiosidades (de reis, príncipes, aristocratas e mais tarde burgueses de elevado estatuto) eram apenas acessíveis a visitantes ilustres (...) sendo exibidos como “acessórios culturais de poder”, enquanto os museus modernos se destinam a um público progressivamente mais alargado (...), com a finalidade de educar (...). (DELICADO, 2009, p. 33)”.

As feições atuais dos museus de história natural derivam essencialmente do século XIX: o “século da história”, “dos dicionários”, “da ciência” e também “século dos Museus”⁴, contexto em que ocorre o denominado “movimento dos museus” em virtude da criação de diversas instituições museológicas em boa parte dos continentes intensificando os intercâmbios científicos (SHEETS-PYESON, 1988).

As Exposições Nacionais e Internacionais⁵, assim como os museus que as abrigavam, adquiriram o papel de mostruários do poder de diferentes sociedades ao expor objetos valiosos e representativos da memória das “nações”, materializando seu grau de “civilização e progresso” (LOUREIRO; FURTADO; SILVA, 2007).

⁴ Podemos citar entre os primeiros museus de história natural o “Ashmolean Museum” aberto em 1683, o “Jardin Royal des Plantes Medicinales” criado em 1635 e que serviu de base para o Muséum National d’ Histoire Naturelle, bem como o Natural History Museum de Londres, que teve sua origem nas coleções do British Museum.

⁵ As denominadas Exposições Universais estiveram inseridas nas conjunturas de aceleração e ampliação do processo de industrialização contido na expansão capitalista europeia da segunda metade o século XIX. A partir de 1851, tais eventos reuniram em um mesmo espaço representações das regiões sobre regime colonial e regiões distantes tidas como fontes de matéria-prima (BARBUY, 1996, p. 211).

Integravam o conjunto de objetos que constituíam esses mostruários inclusive itens oriundos do Novo Mundo e de regiões extra-européias as quais realizavam esforços para sua inserção em uma classificação universal como consequência dessa vinculação ao projeto Iluminista, sobretudo após a Revolução Francesa, que entendia a história natural como passível de contribuir para o aperfeiçoamento dos cidadãos.

Essa perspectiva é ilustrada pela criação do Museu de História Natural francês (*Jardin des Plantes*) em 1793 onde a preservação de coleções atendia a um projeto de taxonomia universal e a exposição pública servia como instrumento educacional iluminista.

O movimento Romântico⁶, ainda no século XIX, estabelecendo-se como uma reação à ordem intelectual Iluminista, forneceu elementos para uma reconfiguração dos museus que configuram muitas de suas feições até os dias atuais. A valorização da história, a busca por uma origem “primitiva” (*Arché*), assim como, a ideia de associação foi substituída pela de totalidade inclusiva, onde a concepção de uma construção aberta a um futuro foi suprimida pela de tradição enraizada em um passado:

“a nação dos românticos, pensada sobre a idéia de diferença e não de identidade, ao submeter o horizonte de cosmopolitismo ao de nacionalismo, abre-se a perspectiva de uma irreduzível heterogeneidade das comunidades nacionais” (HOBSBAWN, 1984. p. 46).

O conceito de “totalidade” foi destacado por um dos pilares românticos, a *Naturphilosophie*. Definida como a mais abrangente de suas dimensões constitutivas, gerou uma nova apreensão dos fenômenos sociais e naturais ao possibilitar por meio de novas perspectivas científicas apreensão dos seres vivos como uma totalidade em si de um ponto de vista orgânico em contraposição a um mecanicista. Outra categoria que influencia os museus de história natural até hoje é a de historicidade, entendida como sempre em desenvolvimento. (LOUREIRO, 2007, 162).

A partir dessa nova dimensão, os museus passaram a ter a capacidade de reunir, no mesmo espaço, várias temporalidades dispondo-as na forma de um caminho cujo roteiro pode ser percorrido em uma tarde. Percorrer uma exposição configurava uma forma de caminhar organizadamente através do tempo evolucionário (BENNET, 1995).

No que tange ainda à questão do tempo, cabe destacar que no decorrer da modernidade passou a prevalecer uma concepção de um tempo possibilitado pelo desenvolvimento da

⁶ “(...) o romantismo sempre será o contraponto, o momento segundo, de uma dinâmica que o ultrapassa e determina. Ele encarna, nos termos do modelo de Louis Dumont, a dimensão hierárquica, holista, do pensamento humano, oposta à ideologia do individualismo. Eis por que se poderia e deveria reconhecer como “romântica” toda contra-força fundamental em nossa dinâmica cultural desde o final do século XVIII(...) (DUARTE, 2004).

ciência moderna e da tecnologia. A temporalidade caracteriza-se pela adoção do tempo histórico e linear (LOUREIRO, 2007, p. 166).

O perfil e muitas das funções dessas instituições foram sobretudo delineados pelo Museu de História Natural de Berlim que em 1891, baseado na obra de Moebius⁷, estabeleceu uma divisão entre as coleções científicas destinadas aos especialistas e os conjuntos preparados para a exposição pública.

Simultaneamente, a história natural generalista deu lugar à fragmentação e conseqüente especialização disciplinar. Os museus de história natural colaboraram sobremaneira para suprir a primeira condição institucional para a emergência desses novos saberes.

Ao serem inseridos nesses museus, esses objetos são ordenados como partes de uma seqüência evolutiva que constituiria a totalidade das coisas e dos povos (BENNET, 1995, p.96). Nesse período os museus foram locais privilegiados para a investigação científica no domínio das ciências da natureza.

“(...) é notório que o museu pode reclamar um lugar significativo no mapa das localizações onde a ciência foi feita. (...) a disposição dos seus conteúdos pode assinalar várias concepções da ordem que se crê existir no mundo exterior e das relações humanas com ele. Os museus codificam e moldam concepções particulares de conhecimento, exibem objetos, mas não são simplesmente janelas para o mundo exterior (GOLINSKI, 1998, p. 98)”.

Os museus de história natural, além de servirem para demonstrar os processos de dominação do homem sobre a natureza, representaram um papel discursivo essencial na construção política dos Estados-Nação ao abrigarem os espécimes naturais sistematicamente coletados e referentes ao espaço geográfico do país, tendo sido sua exposição estruturada para reforçar o sentimento de pertença a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008).

Esses espaços científicos museológicos variaram de acordo com as circunstâncias locais, regulamentos institucionais e devotamentos nacionalistas (SHEETS-PYENSON, 2000). Ao final do século XIX, podem ser destacadas as intenções do movimento científico de “tomar a dianteira na recuperação da memória das nações, enquanto os monumentos de lembrança se aceleram” (SCHWARCZ, 2008, p. 68).

Deve-se destacar também sua utilização como instrumentos de dominação colonial, na medida em que eram dirigidos para o aproveitamento econômico das riquezas naturais dos

⁷ O geógrafo Karl August Moebius foi professor e reitor das universidades de Kiel e Humbolt, membro da Academia de Ciências de Berlim e diretor do Museu de História Natural de Berlim. Em 1891, em sua obra, “O conveniente apetrechamento dos grandes museus”, desenvolveu sua teoria que estabelecia o princípio de separação entre as coleções científicas e as expostas ao público. (Universidade de Kiel, disponível em: www.Uni-kiel.de/os/cgi-bin/fo-bio.php?nid=moebius&land=e. Acesso em: 31/05/2009).

territórios colonizados e para a promoção ideológica da noção de império (SMITH, 1989, p. 9).

No Brasil, os museus de história natural contribuíram, principalmente durante o século XIX, para a consolidação de uma ideia de nação. Diversos autores (MENESES, 2007; LOPES, 1993) destacam que não teria sentido à época a criação de museus históricos, pois não havia, ainda, “história nacional” palatável, não convindo incorporar a história do colonizador, demonstrando o porquê de, em nosso caso, as primeiras instituições museológicas estarem inseridas nesta tipologia de museu.

Os museus, constituindo-se como espaços de memória foram fundamentais na formulação de uma determinada representação nacional brasileira e auxiliares em um projeto de controle social e político por meio da articulação com a construção de um imaginário nacionalista representado em objetos, exemplificando claramente que as coleções derivam de escolhas. (DIAS, 2005).

“(…) a coleta de objetos, sua identificação, e posterior exposição nos lugares consagrados à ciência foram uma forma de reconstrução do passado, até então desconhecido, dando conta das variedades de espécies e de culturas que habitaram essas terras favorecendo o processo de construção de identidades nacionais (Id, p. 204)”.

As dimensões discursivas desses espaços museológicos, oriundas de sua constituição na modernidade, se espelham especificamente na sua capacidade de elaboração acerca da universalidade científica e ao mesmo tempo dos valores da particularidade nacional, constituindo uma espécie de “legitimação universalista do particularismo” (DUARTE, 2003). Os museus de história natural são e foram mais intensamente no século XIX construtores privilegiados do mundo natural. “O pessoal do museu tinha a autoridade para falar da natureza – nomeá-la, classificá-la, construí-la – que produzia como um discurso valorizado” (GOODMAN, 2002, p. 259).

3 NATUREZA E CULTURA NOS AÇIONAMENTOS DISCURSIVOS CURATORIAIS

Os museus são produtos de fenômenos, acontecimentos, relações e trocas ocorridas não só no campo científico, mas também em outros campos sociais, entrecruzando diferentes dimensões. As instituições de história natural suscitam reflexões acerca da dicotomia Natureza/Cultura em virtude da característica singular de seus acervos. A princípio considerava-se que esses museus apresentavam objetos isentos de intervenção antrópica, porém os elementos oriundos da Natureza que compõem suas coleções devem ser

interpretados como artefatos (HARAWAY, 1992), ou seja: elementos advindos em sua maioria de modelos concebidos a partir de uma atividade humana. Nesse sentido, os objetos desses museus seriam o que Haraway (2003) conceitua por meio de um neologismo em língua inglesa como “naturecultures”, naturais e culturais simultaneamente, ao invés de dicotômicos. Natureza e Cultura seriam, portanto, co-constitutivas e inseparáveis: “(...) À semelhança de um ‘espécime’ dissecado e, portanto, ‘morto’, a ‘cultura material’ é preparada para representar a ‘vida’ das sociedades humanas” (LOUREIRO, 2007, p. 164).

As “naturecultures” são predominantemente frutos de elaborações de curadorias científicas apresentadas nas narrativas expositivas, nas quais elementos da natureza são construídos como “vivos” dentro de uma ordenação pré-estabelecida, visando à divulgação de informações específicas voltadas para a representação do conhecimento científico.

A origem das ações curatoriais possuem, assim como os museus modernos, duas linhagens que em alguns momentos se entrecruzaram. Os acervos oriundos da natureza demandavam ações de “proceder à cura” de suas coleções e os acervos artísticos exigiam ações relativas a “proceder à manutenção” de suas obras. Dessa maneira, criou-se uma diversidade de especializações de museus e o surgimento de diferentes categorias profissionais como a do curador e do conservador.

“(...) Essa perspectiva consolidou, por exemplo, as diferenças iniciais entre os perfis dos Museus de História Natural em relação aos Museus de Arte, e até o século XIX essa diversidade tipológica caracterizou o universo dos museus (...)” (BRUNO, 2008, p.27).

As raízes conceituais do que se entende na atualidade por curador estão ligadas aos interiores dos museus de ciências e somente migraram para outras tipologias de museus no decorrer da metade do século XX. As atividades curatoriais igualmente se restringiam, até esse mesmo período, aos estudos (pesquisa dos diferentes campos do conhecimento) e salvaguarda (conservação e documentação) das coleções. Nos dias de hoje o curador enquanto sujeito das ações de curadoria incluem também atuações nas áreas de comunicação e educação nos espaços museológicos. Assim,

“(...) “proceder à cura” passou a ser interpretado como um conjunto de procedimentos inerentes à seleção, coleta, registro, análise, organização, guarda e difusão do conhecimento produzido. (...) Nesse sentido, as noções herdadas de “organização e guarda” ampliaram e particularizaram os aspectos constitutivos da definição de curadoria (...) mas uma observação pormenorizada dessas instituições nos faz perceber que essa herança chegou ao século XX permeada por ações isoladas, com pouca inspiração democrática e vocacionada ao protagonismo. (...) de alguma forma distanciam a definição de curadoria, em relação à definição de curador, quando esse é visto como um profissional onipotente em relação à dinâmica institucional.” (BRUNO, 2008, p.28).

As perspectivas assinaladas ensejam analisar como se dão os processos curatoriais nas exposições museológicas destacando como o aspecto preponderantemente decisório e autoral da curadoria científica na elaboração de narrativas expositivas acaba por ser ocultado em sua inserção nos discursos institucionais. Para tanto, se faz necessário perceber as configurações internas, onde o cientista ainda prevalece como o sujeito que decide o que pode ser dito de verdadeiro (FOUCAULT, 2007), mesmo que posteriormente tais narrativas, conceitos ou mesmo imagens sejam decodificadas ou transpostas para uma linguagem acessível e disponibilizadas ao público em exposições.

Nessa perspectiva, a estruturação dos quadros da Divulgação Científica (DC) (também denominada Popularização da Ciência) se encontram vinculados à Comunicação Científica⁸. Esta, por seu turno, constitui-se como uma das mais importantes especialidades da Ciência da Informação, encontrando-se aí inseridas reflexões acerca da geração e transferência da informação científica⁹, bem como, da participação da sociedade nesses processos (LOUREIRO, 2000, p. 70). A Divulgação Científica¹⁰ (DC) compõe-se de processos e recursos técnicos para a comunicação da informação científica e tecnológica ao público em geral, possuindo condições de gerar deslocamentos do cotidiano para uma esfera especificamente científica. Ao empregar técnicas e métodos de recodificação da informação científica e tecnológica visa alcançar uma linguagem amplamente compreensível, através da utilização de meios variados de comunicação (GONZALEZ, DE GÓMEZ, 1992, p. 19).

O processo de DC recria o conjunto de práticas e produtos da ciência por meio de estratégias vinculadas à transferência da informação legitimando e reforçando a cientificidade no âmbito político-social. No âmbito expositivo museológico a representação da ciência ali apresentada “encontrar-se-ia permeada de valores, crenças, normas, interpretações e reflexões que circunscreveriam a divulgação científica a um sistema modelar de incorporação do

⁸ A Comunicação Científica compreende as ações vinculadas à produção, disseminação e uso da informação, desde a concepção que origina a pesquisa científica até sua provação como conhecimento científico (LOUREIRO, 2000, p. 71).

⁹ A transferência da informação pode ser entendida como conjunto de ações sociais com que os grupos e instituições se organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993, p. 217)

¹⁰ No decorrer da década de 1980, Christovão e Braga (1997) propuseram um modelo de comunicação científica que distingue os processos de geração e transferência da informação, tornando-se alicerce para uma abordagem que passava a contemplar todos os espectros de difusão da informação, englobando a disseminação entre pares e a divulgação da informação para o público leigo. Assim, Difusão Científica engloba a Disseminação Científica e a Divulgação Científica, utilizada aqui como referência.

pensar, do conhecer e da ideologia das classes ou frações de classe dominantes” (LOUREIRO, 2003, p.94).

Os museus de história natural disponibilizam narrativas informacionais estruturantes de discursos cientificizantes que afirmam, sobretudo na atualidade, sua importância na constituição da cidadania e consolidação de uma “sociedade democrática”. A curadoria possui nesse quadro um papel fundamental outorgado pela instituição.

A construção, curadoria e divulgação desses discursos institucionais redundam em diferentes relações de poder que estruturam o conjunto de informações a serem transferidas para a sociedade em geral. Desse modo, esses espaços institucionais, de acordo com Foucault (2009), são locais onde as verdades seriam encontradas configurando-se assim, *loci* discursivos e planos de acionamentos da informação. Os sujeitos do discurso desempenham um papel essencial na construção dessa verdade por meio da instrumentalização da informação entendida como “enunciado”.

Os processos de transferência da informação encontram-se presentes na construção do conhecimento e, por conseguinte, na esfera relacionada aos “dispositivos de poder” (FOUCAULT, 2007). Nesse sentido, há que se considerar a intencionalidade dos agentes que por meio de seu direito de determinar o que deve ser dito de verdadeiro, ou da escolha do uso de determinadas informações, como pretendem que estas, ao serem potencialmente acessadas, gerem conhecimento (Divulgação Científica e Internet).

Curadores e profissionais de museus envolvidos nos processos de divulgação científica, ao exercerem suas ações curatoriais, estabelecem relações de poder que revelam uma estrutura institucional que lhes autoriza determinar quais informações seriam disponibilizadas e potencialmente poderiam ou não se tornar conhecimento.

Nesse sentido, consideramos a partir de um enfoque foucaultiano as informações como “enunciados” que estruturam “formações discursivas” constituintes de “discursos” institucionais acerca da ciência e da nação. Tal enfoque permite analisar as relações de poder nessas instituições a partir dos princípios da “arqueologia”, “genealogia”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo intenta contribuir para as reflexões acerca dos museus de história natural e seus processos curatoriais focando as perspectivas institucionais que legitimam o poder decisório dos curadores. As relações de poder nesses museus constituem transversalidades que influenciam no processo de elaboração de exposições e mantêm estreitas relações com os

processos de seleção de informações textuais, imagens e objetos que serão exibidos em uma exposição.

As análises do quadro descrito anteriormente agregariam novas perspectivas nas dinâmicas institucionais, uma vez que enquanto os conceitos e classificações são universais seguindo os princípios da ciência, as narrativas estabelecidas acerca de cada temática são contextuais originando-se nas “formações discursivas¹¹” elaboradas por curadores que receberam da instituição o direito contribuir na elaboração dos “discursos” institucionais.

As informações que compõem narrativas expositivas em museus como os de história natural, oriundas do conhecimento científico, espelham as temáticas de pesquisa de cada curador (cientista) conferindo-lhes o caráter de verdade. Constituem, por meio da disposição de objetos e disponibilização de informações em sequências estabelecidas, relatos de veridção (“cientifizados” e “cientificizantes”) construídos e acionados como elementos integrantes dos discursos institucionais de estruturação do “saber-poder”.

Os espaços institucionais como museus, de acordo com Foucault (2009), são locais onde as verdades seriam encontradas. Configuram-se assim, *loci* discursivos e planos de acionamentos da informação. Os sujeitos do discurso desempenham um papel essencial na construção dessa verdade por meio da instrumentalização, nesse caso, da informação possivelmente entendida como “enunciado”.

Os processos de transmissão da informação estão envolvidos na construção do conhecimento e, por conseguinte, na esfera relacionada aos “dispositivos de poder” e, por isso, há que se considerar a intencionalidade dos agentes que por meio de seu direito de determinar o que deve ser dito de verdadeiro, ou da escolha do uso de determinadas informações, pretendem potencialmente que as informações, ao serem acessadas, gerem conhecimento (Divulgação Científica e Internet).

Curadores e profissionais de museus envolvidos nos processos de divulgação científica, ao exercerem suas ações curatoriais, estariam estabelecendo relações de poder que revelariam uma estrutura institucional que lhes autoriza determinar quais informações seriam disponibilizadas e potencialmente poderiam ou não se tornar conhecimento.

O “discurso”, segundo Foucault, não possui apenas um sentido ou uma verdade, mas refere-se à história específica enquanto prática que obedece a regras. Dessa maneira, a questão

¹¹ As “formações discursivas” são essenciais no que se referem aos “discursos” segundo o aporte teórico foucaultiano, por ser seu fator de descrição a partir dos conjuntos de “enunciados”. É possível denominar “discurso” um conjunto de enunciados na medida em que se apoiem na mesma “formação discursiva”. (FOUCAULT, 2007, p. 133).

é conceituá-lo em sua especificidade apresentando como essas regras são irredutíveis a qualquer outra. No que tange aos museus podemos inseri-los dentro da seguinte perspectiva :

“(…) Não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (...) pode-se supor que exista muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas (...); e os discursos que estão na origem de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja (...) discursos que são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (...) Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e por vezes comentários vêm tomar o primeiro lugar” (FOUCAULT, 2009, p. 22-23).

As reflexões suscitadas pelo aporte teórico “foucaultiano”, são de espectro muito mais amplo e buscam noções sempre mais amplas possíveis (CASTRO, 2004), nos permitindo refletir sobre os processos de verdade, as formas de coerção estruturadas pelas sociedades para construção dessas verdades por meio de instituições, os sujeitos e as formas de subjetivação, dispositivos, acionamentos desses dispositivos e ocultamentos de enunciados.

Por fim, as ações curatoriais são consideradas desde suas linhagens originais como entrecruzadas com a dos museus modernos. As ações de “proceder à cura” de coleções deram origem à figura do curador. Suas transformações passaram a incluir dentre suas responsabilidades ações de comunicação e educação, encaminhando-nos para reflexões acerca de seu papel na elaboração conjunto de procedimentos inerentes à seleção, coleta, registro, análise, organização, guarda e difusão do conhecimento produzido. A partir dessa perspectiva, nos museus de história natural, oriundo dos gabinetes de curiosidades, pretende-se considerar os heterogêneos acionamentos da informação na elaboração de narrativas expositivas e construção da memória a partir do entendimento do curador científico como aquele que possui o papel de estabelecer narrativas a partir de uma autoridade e de relações de poder providas por interesses político- institucionais.

As narrativas elaboradas com base nas conceituações e métodos universais da ciência focalizam temáticas de interesses locais, refletem dinâmicas de pesquisa político-institucionais particulares e espelham as estruturações de enunciação discursiva do museu as quais resultam no principal espaço de interlocução com a sociedade - exposições , “memórias” e patrimônios .

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para Compreender Ciência : uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BARBUY, Heloisa O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na museografia da Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**. v4. p 211-61. São Paulo: Edusp, 1996.

BENNET, Tony. **The birth of the museum: history and theory**. London: Routledge, 1995.

BRUNO, Cristina. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão do patrimônio cultural. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2 : mediação em museus:curadorias, exposições, ação educativa**. Leticia Julião (coord.); José Neves Bittencourt (org). Belo Horizonte : Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais,Superintendência de Museus, 2008.152 p.

CASTRO, Edgard. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin, BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e Sociologia do Conhecimento Científico: a intertematicidade plural (Sobre "A ciência e seu público" de Léa Velho: um ponto de vista de Ciência da Informação), **Transinformação**, v. 9, n 3, p. 33 - 45, set/dez 1997.

DELICADO, Ana. **A Musealização da Ciência em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2009.

DIAS, Carla da Costa. **De Sertaneja a Folclórica, a trajetória das coleções regionais do Museu Nacional – 1920/1950**. Tese (doutorado) Estudo de Imagens e das Representações Culturais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. **Civilisations**, vol. LII - n° 2, Bruxelas (Museums, Collections, Interpretations - Rethinking the construction of meanings and identities), 2003.

_____. A Pulsão Romântica no Ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.19, n. 55. Junho, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a01v1955.pdf> Acesso em 3/10/2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **As Palavras e as Coisas**. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOODMANN, David. Fear of circuses: founding the national museum of Victoria. In: **Representing the Nation: A reader**. BOSWEL e EVANS (orgs). Londres: Routledge, 2002.

GOLINSKI, Jan. **Making Natural Knowledge: Constructivism and the History of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. **Informação, inovação e democratização: a transferência de conhecimento e o movimento associativo**. Tese. IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro: 1992

_____. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p.217-222, set./dez., 1993.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas v. 15(1), p. 31-43. 2003.

GUSDORF, Georges. **Introducion aux Sciences Humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement**. Paris: Éditions Ophrys, 1974. 522p.

HORTA, M.L.P. **Educação Patrimonial**. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre preservação do Patrimônio Cultural. Jun, 1991.

HARAWAY, D. J. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/ d Others. In: Grossberg, L., Nelson, C. and Treichler, P. A. (orgs) **Cultural Studies**, 295–337, NewYork: Routledge, 1992.

_____. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People and Significant Otherness**, Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INGOLD, Tim. **The perception of the Environment**. London: Routledge, 2000.

LOPES, Maria Margareth. **As Ciências Naturais e os Museus no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.1, p.88-95, jan./abr. 2003.

_____. **Labirinto de paradoxos: informação, museu e alienação**. Dissertação. IBICT-UFRJ/ECO. Rio de Janeiro: 1996

_____. **Representação e museu científico: o instrutivo aparelho de hegemonia (ou uma profana liturgia hegemônica)**. Tese IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro: 2000.

_____. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**. V. 5 n. 2 Rio de Janeiro, 2007.

LOUREIRO, M. L. N. M.; FURTADO, J.L; SILVA, S. D. **Dos livros às coisas: museus, coleções e representação do conhecimento científico**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba/artigosDMP--111.pdf> Acesso em: 15/01/2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Comentário XII: visões, visualizações e usos do passado**. Anais do Museu Paulista. v.15 n.2 São Paulo: Edusp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHEETS-PYENSON, Susan. **Cathedrals of Science: the development of Colonial Natural History Museums during the Late Nineteenth Century**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1988.

SMITH, Charles Saumarez. Museums, artifacts and meaning. In: **The new Museology**. Londres: Editora Vergo, 1989.